

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**  
**ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**1991/1995**

Nos dias trinta e um de agosto e primeiro de setembro de um mil novecentos e noventa e quatro, realizou-se a Trigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador-Geral, **Dr. Nelson de Carvalho Seixas**, fez a abertura da reunião comunicando as mudanças ocorridas na pauta da reunião e a disponibilidade de material para consulta constante nas pastas distribuídas a cada Conselheiro. Em seguida o Dr. Nelson passou para os informes: 1- Ofício do Deputado Estadual da Bahia, Colbert Martins Filho, encaminhando denúncias efetuadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Tapiramutá, referente ao Hospital Maternidade São Bernardo Ltda; 2- Carta do Presidente do Sindicato dos Terapeutas do Estado de São Paulo, solicitando sua inclusão como membro da Comissão Técnica de Integração Terapêutica; 3- Programa do I Encontro Estadual de Conselheiros de Saúde do Rio Grande do Norte, dias 15 e 16/09/94, e solicitação de que seja indicado um conselheiro deste CNS, para participar de mesa redonda; 4- Ofício do Conselho Federal de Biologia - solicitando que o CNS estabeleça formalmente a validade dos critérios criados pela CT/APAS, como rotina dos projetos de novos cursos; 5- Ofício do Conselho Federal de Biologia, solicitando que o CNS não reabra a discussão sobre a Resolução nº 38/CNS; 6 - Processo encaminhando proposta de alteração da normatização vigente da Portaria MS nº 1050/90, que estabelece a obrigatoriedade da advertência sobre o tabagismo; 7- Ofício do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo contra abertura de novos cursos na área; 8- Ofício do Conselho Estadual de Educação, solicitando o processo de abertura do Curso de Medicina Veterinária - Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo em vista que, o CES/BA já publicou parecer no Diário Oficial do Estado. (o CNS ainda não se pronunciou); 9- Ofício da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, solicitando a abertura do Curso de Odontologia; anexo documentos de apoio; 10- Ofício do Sindicato dos Servidores da Secretaria de Saúde do Pará, encaminhando cópia de ofício enviado ao Conselho Estadual/PA, referente à situação do Conselho Municipal de Saúde de Altamira; 11- Boletim Informativo/ASPAR/MS - notícias alusivas à saúde junto ao Congresso Nacional; 12- Ofício da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná informando contratação ilícita de Agentes Comunitários de Saúde, feita através de entidades não governamentais, porém com recursos do Estado; 13- Ofícios solicitando a este CNS que se posicione contrário à abertura de Cursos de Psicologia; 14- Ofício da Associação de Ensino de Campo Grande, solicitando que seja adiada a visita do Conselheiro Ernani Aboim à instituição, em função de viagem do Diretor Geral; 15- Ofício do Secretário de Vigilância Sanitária, comunicando a impossibilidade de indicar membro participante da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia; 16- Carta propondo incluir no currículo escolar de 5ª à 6ª ou 7ª série do 1º grau, matéria sobre: AIDS, drogas lícitas e ilícitas, sexo e relacionamento humano; 17- Correspondência da Central Única de Movimentos Populares e Comunitários, solicitando providências quanto a ilegalidades cometidas pelo Governador Osvaldo Piana Filho/Rondônia; 18- Ofício da DATASUS/FNS, encaminhando 02 volumes da publicação "Diretório de Base de Dados de Interesse da Saúde". Terminado os informes passou-se à leitura da Ata da Quinta Reunião Extraordinária e da Trigésima Oitava Reunião Ordinária. A primeira foi aprovada na íntegra, a segunda foi aprovada com algumas modificações. O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** solicitou a inclusão do seu nome na ata, tendo em vista que esteve presente na reunião. A Conselheira **Rosemary** solicitou alterações nas linhas 34 e 96, ficando a linha 34 e seguintes com esta redação: *"A Conselheira Rosemary dirigiu a palavra ao Sr. Ministro da Saúde, lamentando que o Secretário do Tesouro Nacional discordou de um acordo firmado entre vários prestadores de serviços de saúde, o MS e o próprio Ministério da Fazenda, para se garantir um plano de estabilização econômica, em consequência do que os hospitais atenderão somente as urgências/emergências. Indagou a Conselheira ao Sr. Ministro se em tudo isso não haveria um interesse implícito em se reduzir o atendimento e privatizar a saúde"*. A linha 96 e seguintes, terão a redação a seguir: *"Argumentou a Conselheira Rosemary que solicitou informações sobre a situação da epidemia, já que está fora de controle bem como, o levantamento estatístico do ano de 1994"*. Seguindo as discussões, o Conselheiro **Antonio Mendes Pereira** solicitou a correção de seu nome na linha 255. De posse da palavra, o Conselheiro **Jocélio** expôs ao Plenário sua participação no I Encontro Nacional dos Conselheiros de Saúde em Recife/PE. Informou que foi programado para abril de 1995, um outro encontro de Conselheiros, razão porque solicitou uma reunião neste Conselho, em outubro, que seria coordenada por ele, a fim de discutir a implementação da municipalização. A Conselheira **Rosemary** solicitou a retirada da pauta do Programa do Sangue e Hemoderivados e que o mesmo retornasse na pauta da próxima reunião dado o informe que o senhor Dalton Chamon não estava presente. O Conselheiro **Aboim** informou ao Plenário a realização do Congresso Médico no Ceará do qual resultou uma carta a cerca da questão do orçamento da saúde para 94. Sugeriu uma análise crítica com sugestões de aprimoramento para a mesma, pelo Conselho. A Conselheira **Zilda Arns** manifestou-se fazendo comentários a respeito do Plano de Ação Emergencial para redução da mortalidade infantil, Programa de Distribuição de Medicamentos Básicos e o Programa de Aleitamento Materno. Ressaltou que o Projeto da Pastoral da Criança abrange a maioria dos municípios e conta com o apoio da UNICEF, OPAS, e solicitou o apoio também do CNS. O Coordenador pediu ao Plenário que um conselheiro analisasse o plano, solicitou a Conselheira **Zilda** e ao Conselheiro **Jocélio** que redigissem Moção de Apoio ao documento para ser submetida à aprovação do Conselho. Dando seguimento a sua explanação, a Conselheira **Zilda** solicitou que fizesse constar em ata que, assim como foi incorporado no orçamento o programa do DIU, fosse também incorporado o programa de medicamentos básicos

necessários para o combate à mortalidade infantil. Salientou que o sistema de informação da Materno-Infantil pretende ser implantado no país inteiro e que em outubro seja colocado em pauta para discussão. Acrescentou, que apesar de serem aplicados 75% das UCAS e AIHS para o Programa Materno-Infantil, ainda não se tem uma assistência adequada. O Conselheiro **Santini** pediu a palavra e abordou a situação dos usuários em sua cidade, que estão sendo prejudicados e ameaçados quando são assistidos em cirurgias praticadas pelo SUS que necessitam de anestesistas, ao tempo em que, solicitou que a Sociedade Brasileira de Anestesiologia fosse convidada para participar de uma reunião neste Conselho, onde seriam debatidos os problemas enfrentados por esses profissionais. O Conselheiro **Komora** solicitou que constasse em ata, a situação vivenciada pelos Agentes Comunitários de Saúde, contratados pela Fundação Nacional de Saúde e sugeriu a realização de concurso público federal como forma de serem efetivados esses profissionais em seus cargos. O Conselheiro **Komora** demonstrou ainda preocupação com o Decreto assinado pelo Presidente da República, que autoriza o repasse de verbas Fundo a Fundo para os Municípios, tendo em vista que as Secretarias Municipais de Saúde não estariam estruturadas para cumprir o plano do repasse; falou também sobre a interiorização e que grande parte do pagamento dos médicos ainda é feito pelo Código 07. O Conselheiro **Aboim** argumentou que concorda com o rapasse Fundo a Fundo, desde que exista controle desses repasses para os Municípios. Sugeriu o Plenário que os Conselheiros **Aboim, Jocélio, Komora e Seixas** analisassem o assunto e apresentassem uma proposta de Resolução, que deveria ser submetida à votação. Quanto à questão dos Agentes de Saúde, o Conselheiro **Seixas** falou que esta teria que ser definida no âmbito municipal, a realização de concurso a nível Federal ou Estadual não seria apropriada. A Conselheira **Zilda** solicitou à mesa que o CNS providenciasse a Resolução 25/91, sobre o assunto, para subsidiar a situação enfocada. Encerradas as discussões partiu-se para a apresentação do **item 01** da pauta - **QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS**. O Dr. **Elias Jorge**, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Saúde, apresentou ao Plenário os últimos informes sobre o orçamento para a saúde. Em seguida, passou à explicação dos documentos oriundos do Banco Central e que diziam respeito ao orçamento da saúde. Devido sua complexidade, foi sugerido pelo expositor, que o Conselho acompanhasse permanentemente o processo orçamentário. O Conselheiro **Amorim** informou sua presença na 5ª Jornada Brasileira de Ostomizados, ocorrida em Belo Horizonte. O Conselheiro **Armando Raggio** demonstrou preocupação em relação ao orçamento para o Ministério da Saúde, dizendo que o CONASEMS obteve do Ministro Santillo a informação do repasse de 580 milhões de Reais para o Ministério da Saúde, sendo retirados 100 para pagamentos internos do Ministério e 100 para pagamento de Estados e Municípios. O Conselheiro comunicou ao Plenário que às 17 horas teria reunião com o Ministro Beni Veras e que alguns Conselheiros poderiam acompanhá-lo. O Conselheiro **Jocélio** falou da inexistência da aprovação do orçamento para 1994 e salientou que em 1992 houve um grande impacto na saúde pelo mesmo motivo. O Dr. **Elias Jorge** comunicou ao Plenário a aprovação de uma Moção do Conselho Nacional de Seguridade Social sobre o orçamento de 1994, de 15 bilhões de dólares e, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1995 havia sido aprovada. O Conselheiro **Amorim** disse que existe a perspectiva do Presidente da República receber representantes do CNS no Rio de Janeiro, e que questões objetivas deveriam ser levadas, com o intuito de resolver o problema do orçamento para 1994. **Item 02 - GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE** - O Tema foi apresentado pelos médicos Tito Neri, Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, e Francisco Gallotti Diretor do mesmo Sindicato e conselheiro do Conselho Municipal de Saúde - SP. O Dr. **Tito Neri** falou a respeito do plano de gerenciamento do Hospital de Campo Limpo, pela Associação Paulista de Medicina. Ressaltou a qualidade da saúde no município, o que levou a uma média de 10 médicos pedirem demissão por semana na Prefeitura Municipal, dada as condições precárias de trabalho e a questão salarial. O Conselheiro **Jocélio** propôs que se elaborasse uma Resolução. **Item 03 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS** - Iniciou com a votação da Recomendação CT/APAS nº 42/94, aprovada por unanimidade pelo Plenário. O Ofício nº 002/94 da CT/APAS foi apresentado ao Plenário. O Conselheiro **Arlindo** manifestou-se favoravelmente argumentando que a CT/APAS e a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia - CICT deveriam ser responsáveis pelas análises dos processos referentes à autorização de Cursos de Saúde e de credenciamento de Centros de Pesquisa e que o Conselho só acompanhasse essa análise quando fosse solicitado; posteriormente eles seriam submetidos ao Plenário do CNS. A análise da Recomendação nº 03/94, da Comissão de Usuários, foi adiada, devendo constar da pauta de outubro. A Recomendação nº 04/94 dessa Comissão, foi aprovada pelo Plenário, com proposta de encaminhamento de ofício à Secretaria Executiva do MS, juntamente com um estudo do impacto financeiro, realizado pela equipe do CNS frente às medidas propostas na Recomendação. Aprovada a Moção nº 14, da Comissão Intersetorial da Saúde do Índio, a qual manifesta sua preocupação com a falta de controle da malária nas áreas indígenas da Amazônia Brasileira, e recomenda ao Conselho que faça gestões junto ao Ministério da Saúde. Aprovada a Moção nº 15, da mesma Comissão, que trata da prevalência de Doenças Sexualmente Transmissíveis entre os povos indígenas em área de conflito e recomenda ao Conselho que reitere a solicitação feita ao Ministro da Saúde de apoiar o inquérito epidemiológico e programas de controle dessas endemias. O Conselheiro **Armando Raggio** sugeriu que além do MS, a FNS, FIOCRUZ, as Universidades do Amazonas e Pará, e o Instituto Goeldi, também se engajassem nessa questão. A Moção nº 16 foi aprovada por unanimidade, e visa o incremento de ações de retirada de invasores da área Yanomami em prol da melhoria da qualidade de vida daquele povo, devendo ser encaminhada ao Ministro da Justiça. A Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, solicitou informações relativas à reformulação da legislação sobre "Acidente de Trabalho", que está sendo promovida pelo Ministério da Previdência Social, foi acolhida, devendo a Coordenação contactar com o Dr. Ricardo Akel para providenciar a integração da Comissão ao

Grupo de Trabalho daquele Ministério. O Conselheiro **Jocélio** cobrou a publicação de duas portarias, uma sobre a aprovação do Regimento Interno da Mesa de Negociação e a outra sobre a redistribuição de servidores do INAMPS.

**Item 05 - EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE - PLANEJAMENTO DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE NO BRASIL** - O Coordenador de Dermatologia Sanitária/CENEPI/FNS, Dr. Gerson Fernando Mendes, apresentou um histórico sobre o desenvolvimento da hanseníase no país e expôs o compromisso de eliminação da doença até o ano 2.000. Registrou a importância de se fazer um diagnóstico precoce da doença, e que cada Estado deveria propor soluções para sua erradicação. Ressaltou pontos importantes, tais como: sistema eficaz de informações, capacitação de pessoal, tratamento à base de poliquimioterapia, e campanha de divulgação. Encerrada a fala do expositor, o Conselheiro **Artur** apresentou minuta de Resolução, propondo a manutenção da priorização técnico-político-financeiro destinada ao Programa de Controle e Eliminação da Hanseníase, a priorização do agravo dentre as campanhas de permanente divulgação pelo MS, a criação de uma Comissão Intersetorial, com acompanhamento do CNS. Levada ao Plenário para votação, a mesma foi aprovada. **Item 04 - CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISA** - O Tema foi abordado pelos Conselheiros **Aboim e Amorim**. Iniciaram apreciando parecer favorável sobre o credenciamento da Disciplina de Cirurgia do Aparelho Digestivo do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo-SP. Em seguida, foi feita a leitura do parecer favorável ao credenciamento do Serviço de Gastroenterologia, de Nutrição e Cirurgia - Geral do Aparelho Digestivo do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Submetidos à votação do Plenário ambos os pareceres foram aprovados. Passou-se ao **Item 06 - APRECIÇÃO DO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA** - O tema tem por objetivo a melhoria da distribuição de renda e o combate direto ao problema da pobreza. O Conselheiro **Jocélio** apresentou proposta de Resolução, que foi submetida ao plenário, sendo aprovada. Ainda no âmbito das discussões do item 06, o Conselheiro **Newton** encaminhou à mesa, minuta de Convênio Padrão para Hospitais Universitários, com proposta de encaminhamento do referido Convênio aos gestores do SUS. O Conselheiro **Sabino** apresentou proposta de Moção de Apoio ao Ministro da Saúde pelo pedido de intervenção na área da saúde no Estado de Alagoas. O plenário votou favorável à proposta do Conselheiro. **Item 07 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS** - A Conselheira **Rosemary** achou absurdo a transferência da Conferência de Vigilância Sanitária sem data certa e solicitou que se explicasse o porquê dessa atitude. O Conselheiro **Omlton** pediu a palavra e comunicou que a comercialização de Medicamentos seria tema da Oficina de Trabalho, e que o mesmo entraria na pauta da próxima reunião do CNS. **Item 09 - RESOLUÇÕES CFM RELATIVAS À SAÚDE MENTAL** - A abordagem do tema foi feita pelo Conselheiro **Ivan de Moura Fé**, que iniciou a discussão apresentando ao plenário as Resoluções nº 1407 e 1408, as quais norteiam princípios básicos e éticos para a assistência à saúde mental. Os conselheiros **Seixas e Rosemary** apoiaram a iniciativa, devendo ser enfatizadas nas faculdades da área de Saúde, propondo-se Resolução, solicitando ao Ministério da Saúde a divulgação e adoção das medidas contidas nesses documentos. A citada Resolução foi apresentada ao plenário para votação e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Armando Raggio** apresentou à mesa documento oriundo do CONASS E CONASEMS, sobre o manifesto feito ao Presidente da República pleiteando o repasse de 600 milhões de reais. Houve discussões acaloradas entre os representantes do CONASS e CONASEMSO. O Plenário aprovou a proposta de apoio ao documento mencionado. **Item 8 - PEDIDO DE REANÁLISE DA DECISÃO REFERENTE AO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE** - O Conselheiro **Swedenberger**, relator do parecer que indeferiu o curso, abordou em sua fala a inexistência da necessidade social, com a falta de mercado de trabalho, que justifique a abertura do curso de Odontologia. Sugeriu que a decisão do parecer do Conselheiro Amorim fosse sustada e que ficasse prevalecendo o da não aprovação do curso de Montes Claros e pediu que constasse em ata sua proposta. O Conselheiro **Amorim** justificou que deu parecer favorável à abertura do curso, respaldado em pesquisas criteriosas, e assegurou que entidades e autoridades locais têm interesse na abertura do referido curso. No meio das discussões, o Conselheiro **Ivan de Moura Fé** sugeriu que se voltasse a falar sobre o pedido de reconsideração do Conselheiro Swedenberger, no período da tarde. Reiniciado os trabalhos às 14:00 horas, o Coordenador Geral após leitura do Regimento Interno, solicitou que o conselheiro mais idoso presidisse os trabalhos, tendo em vista a ausência do Secretário Executivo e do Ministro para coordenar os trabalhos, em seguida retirou-se do Plenário por não sentir-se bem. O Conselheiro **Justino** coordenou a votação do pedido de reconsideração, que resultou no empate de 07 votos favoráveis, 07 contrários e 03 abstenções. O Conselheiro **Omlton** pediu que fosse consignado em ata que não aceitaria a anulação da votação ficando decidido pela mesa e pelo Plenário que se aguardasse o comparecimento do senhor Ministro da Saúde ou do Secretário Executivo para dar seu voto, que seria de desempate, ou até ficasse para desempatar na próxima reunião com a presença de um deles. **Item 10 - CONCLUSÕES DA COMISSÃO MISTA CFE/CNS** - A Conselheira **Albaneide** justificou a impossibilidade de discutir o assunto uma vez que não houve reunião da Comissão, para que se estabelecesse critérios para abertura de novos cursos na área da Saúde. A **Dra. Albanita**, representante da CICT, trouxe ao Plenário proposta de Resolução referente a Pesquisas na Área da Saúde conduzidas do Exterior, que foi aprovada, com a emenda apresentada pelo Conselheiro Newton: "*de acordo com a Declaração de Helsinque*". Os **Itens 11 e 12** foram transferidos para pauta da Quadragésima Reunião Ordinária. **Item 13 - APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE** - A Conselheira **Ana Maria** apresentou parecer contrário à abertura do curso de Educação Física da Associação Sergipana de Administração - Faculdades Integradas Tiradentes, salientando que justificou seu parecer contrário à inexistência de necessidade social. O Plenário votou favoravelmente ao parecer da relatora, indeferindo o curso. Quanto ao curso de Fisioterapia da mesma associação, a

187 Conselheira apresentou parecer favorável à sua abertura, condicionando, entretanto à redução de vagas, de 80 para  
 188 40, uma vez que estas atendem às necessidades sociais do Estado. Submetido à votação, o Plenário foi favorável ao  
 189 parecer. O Conselheiro **Newton** apresentou parecer favorável sobre a abertura do curso de Fisioterapia da  
 190 Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, sendo aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Jocélio** apresentou o  
 191 pedido de reconsideração do curso de Educação Física da Organização Educacional de Ribeirão Pires/SP. O  
 192 Conselheiro concordou com o parecer anterior do Conselheiro Omilton. Submetido ao Plenário, este aprovou o  
 193 parecer, deferindo o curso. Quanto aos cursos de Fisioterapia e Farmácia e Bioquímica da Sociedade Educacional  
 194 Vila Mariana/SP, o Conselheiro apresentou pareceres contrários à abertura de ambos, que submetidos ao Plenário,  
 195 foram aprovados, indeferindo-se os cursos em questão. Pedido de vistas do curso de Psicologia - Associação  
 196 Educativa Evangélica - GO, o Conselheiro **Jocélio** ofereceu parecer contrário, que, submetido ao Plenário, foi  
 197 aprovado, sendo indeferido o pedido. Curso de Fisioterapia e de Psicologia - Universidade Salgado de Oliveira -  
 198 Niterói, com parecer favorável, condicionando a abertura do curso de Fisioterapia à redução de 60 (sessenta) vagas e  
 199 contrário ao do curso de Psicologia, ambos foram aprovados pelo Plenário. A Conselheira **Albaneide**, em relação ao  
 200 curso de Naturologia Aplicada - da Fundação de Educação e Cultura Espírita Paraná - Santa Catarina/PR, em face a  
 201 natureza da matéria, disse que deveria ser encaminhado preliminarmente à Comissão de Integração Terapêutica e  
 202 CT/APAS. Pedido de vistas - curso de Alimentação e Nutrição - Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de  
 203 Adamantina - SP, com parecer contrário à sua abertura, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o pedido.  
 204 Finalizando a reunião, o Conselheiro **Justino** pediu sugestões para a pauta da próxima reunião ordinária, sendo  
 205 indicados os temas: Discussão com os representantes dos anestesistas; proposta de Resolução sobre critérios de  
 206 abertura de novos cursos da área da Saúde, programas Médico da Família, do Sangue, do Controle da Malária, da  
 207 Materno-Infantil e dos Agentes Comunitários de Saúde, modalidades de gestões jurídicas do SUS e propostas da  
 208 Comissão de Revisão do CNS. O Coordenador Geral deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os  
 209 conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Mendes Pereira, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio**  
 210 **Gómez de Sousa, Armando Martinho Bardou Raggio, Artur Custódio Moreira de Sousa, Augusto Alves de**  
 211 **Amorim, Carlos Komora Vieira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim**  
 212 **Silva, Francisco Ubiratam Dellape, Ivan de Moura Fé, Jocélio Henrique Drummond, José Carlos Seixas, José**  
 213 **Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Laura Regina M. da Fonseca Lemos Duarte, Omilton Visconde,**  
 214 **Rosemary Lumena Berol da Costa, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Zilda Arns Neumann,** e os  
 215 suplentes: **Albaneide Maria Lima Peixinho, Gilson Calemman, Marilza Sales Braga, Newton de Araújo Leite e**  
 216 **Valter Chaves Costa.**